

**A URGÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUANDO DE  
EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS FOCADAS À REALIDADE DA PESCA ARTESANAL:  
UM RELATO SOBRE O ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS/RS<sup>1</sup>**

*The Urgency of Public Policies when Climate Emergencies Focused on the Reality of Artisanal Fishing:  
a Report on the Lagoa dos Patos Estuary*

Tatiana Walter<sup>2</sup>; Liandra P. Caldasso<sup>2</sup>; Ederson P. Silva<sup>3</sup>; Caio Floriano dos Santos<sup>3</sup>; Indira Santos<sup>3</sup>; Marília Costa<sup>3</sup>; Bianca Caetano<sup>3</sup>; Juliana Hubner<sup>3</sup>; Leon Gonçalves<sup>3</sup>; Júlia L. Ribeiro<sup>4</sup> e Nahome Santos<sup>5</sup>

## RESUMO

Neste texto refletimos sobre as especificidades da pesca artesanal quando de emergências climáticas, considerando os impactos das chuvas ocorridas no Rio Grande do Sul, nos últimos meses, sobre os processos produtivos e reprodutivos de pescadores(as) do Estuário da Lagoa dos Patos (ELP). Para tal, partimos de uma leitura acerca da insuficiência das políticas públicas de proteção social quando de emergências climáticas junto a este segmento. Os dados coletados foram oriundos de pesquisa social qualitativa, por meio de entrevistas em profundidade com 12 pescadores(as) artesanais. Conclui-se que as chuvas, para além da destituição material imediata, resulta em perda de recursos financeiros para realização das pescarias e de safras fracassadas. Por último, inferimos sobre a necessidade em pensar políticas públicas adequadas a esta realidade e tecemos algumas recomendações.

**Palavras-chave:** Mudanças Climáticas; Pesca Artesanal; Políticas Públicas; Rio Grande do Sul.

<sup>1</sup> Este texto trata-se de uma síntese acerca do Parecer Técnico elaborado pelo Laboratório Interdisciplinar MARéSS por solicitação do Fórum da Lagoa dos Patos com vistas a subsidiá-lo em negociações junto ao estado face às emergências climáticas. E-mail: tatianawalter@gmail.com

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e integrante do Laboratório Interdisciplinar MARéSS – Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade, Campus São Lourenço do Sul/RS.

<sup>3</sup> Pesquisador(a) associado ao Laboratório MARéSS (FURG).

<sup>4</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (PPGG/FURG)

<sup>5</sup> Estudante do curso de Oceanologia (FURG).

## INTRODUÇÃO

O conceito de pesca artesanal enquanto categoria social beneficiária de políticas públicas é recente no Brasil. Somente no início da década de 1990, fruto da luta dos movimentos sociais, é que surgem as primeiras políticas públicas que trazem a pesca artesanal como potencial beneficiária (Pasquotto, 2005; Moura, 2009; Silva, 2015; 2022). Entretanto, ao mesmo tempo em que este fato representa significativas conquistas, segue demonstrando dificuldades em relação a sua efetividade.

Geralmente, as respostas governamentais às demandas da pesca artesanal são ofertadas a partir de adaptações de políticas públicas formuladas para outros segmentos, sobretudo para a agricultura familiar, o que resultam nas dificuldades de acesso (Silva, 2015), dentre as quais encontram-se as de emergências climáticas.

Uma das importantes particularidades em relação à pesca é o fato de os limites de produção serem oriundos da capacidade de reprodução dos estoques, e a reprodução social estar diretamente ligada a esse fator (Diegues, 1983).

Incorpora-se, também, a análise da pesca artesanal na perspectiva do trabalho enquanto objetivação de homens e mulheres que têm nesta atividade o seu modo de vida. Trabalho realizado em regime de economia familiar, em uma rede de interconectividade de relações materiais e imateriais lugarizadas, que tornam indissociáveis as conexões existentes entre a moradia, o pescador, o atracadouro e outros “nós” que compõem o cotidiano das comunidades. Walter et al. (2012) destacam que na pesca artesanal existe uma indissociabilidade entre atividades domésticas e econômicas, uma vez que a unidade produtiva é doméstica, tendo como organização do processo produtivo a família e/ou a comunidade.

Em um contexto de crescentes adversidades climáticas enfrentadas pela pesca artesanal, torna-se necessário encontrar mecanismos apropriados para que a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) passe a dialogar com a realidade enfrentada pelas comunidades pesqueiras quando da ocorrência de fenômenos climáticos extremos. Neste sentido, tanto no que se refere ao dimensionamento dos danos, como nas respostas governamentais para mitigação dos impactos, é necessário que se reconheçam as particularidades da pesca artesanal em relação a outras atividades produtivas. Em primeiro, no que diz respeito à diminuição da produção de pescado. Diferente da agropecuária, onde os danos podem ser estimados a partir de uma avaliação visual, na pesca artesanal as famílias são impactadas após a ocorrência dos fenômenos, devido ao desequilíbrio ambiental que os

fatores climáticos provocam no ecossistema. Em consequência, o método de diagnóstico convencional para preenchimento do Formulário de Avaliação de Danos do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), não consegue capturar os reais impactos sofridos pelas comunidades pesqueiras.

Um exemplo são os laudos elaborados pelos órgãos governamentais acerca das perdas em equipamentos, que não consideram a interconectividade existente entre os equipamentos de captura do pescado e as condições de habitação das famílias. Um segundo aspecto está relacionado às características das pescarias na Lagoa. Para além da abundância sazonal de determinadas espécies em relação aos padrões hidrodinâmicos – em especial em relação ao aumento da salinidade do estuário para captura da tainha e do camarão (Vieira et al., 2010) – as adversidades climáticas e as condições de “mar”<sup>6</sup> também refletem na capacidade das pescarias. Ou seja, não apenas a abundância é um fator, mas as condições de vento, correntes, dentre outros, que permite à realização das pescarias, seja pela disponibilidade das espécies, seja pela segurança dos(as) pescadores(as) realizarem a atividade.

O terceiro aspecto relaciona-se ao impacto das inundações no acesso e demais equipamentos públicos das comunidades pesqueiras, que diminui sua capacidade de armazenamento e escoamento da produção. Ou seja, safras menores associadas a acessos precários podem culminar na ausência de comerciantes que são oriundos de outras localidades. Não obstante, a obstrução do acesso à água potável e à energia elétrica têm reflexos também na produção, resultando em dificuldades na produção de gelo e na estocagem do pescado.

A partir da provocação do Fórum da Lagoa dos Patos, analisamos os impactos socioeconômicos acerca das chuvas ocorridas entre julho e setembro de 2023 no Rio Grande do Sul sobre os processos (re)produtivos das comunidades pesqueiras do Estuário da Lagoa dos Patos (ELP). Seu foco foi: (1) a interface entre esfera produtiva e reprodutiva dos pescadores e pescadoras artesanais; (2) as condições das pescarias para além da disponibilidade dos recursos dependentes da hidrodinâmica da Lagoa, sem, contudo, desconsiderá-la; (3) dos efeitos das inundações nas comunidades cuja infraestrutura é necessária ao armazenamento e escoamento da produção.

Considerando que a pesquisa decorreu de uma urgência, optou-se por realizar entrevistas em profundidade, por meio de dispositivo de mensagens de áudio, entre 29/09 e 05/10/2023, junto à 12 pescadores(as) artesanais de cinco (5) municípios (Pelotas, Rio Grande, São Lourenço do Sul, São José do Norte e Tavares) de dez comunidades, considerando equidade de gênero. Os entrevistados(as) foram

---

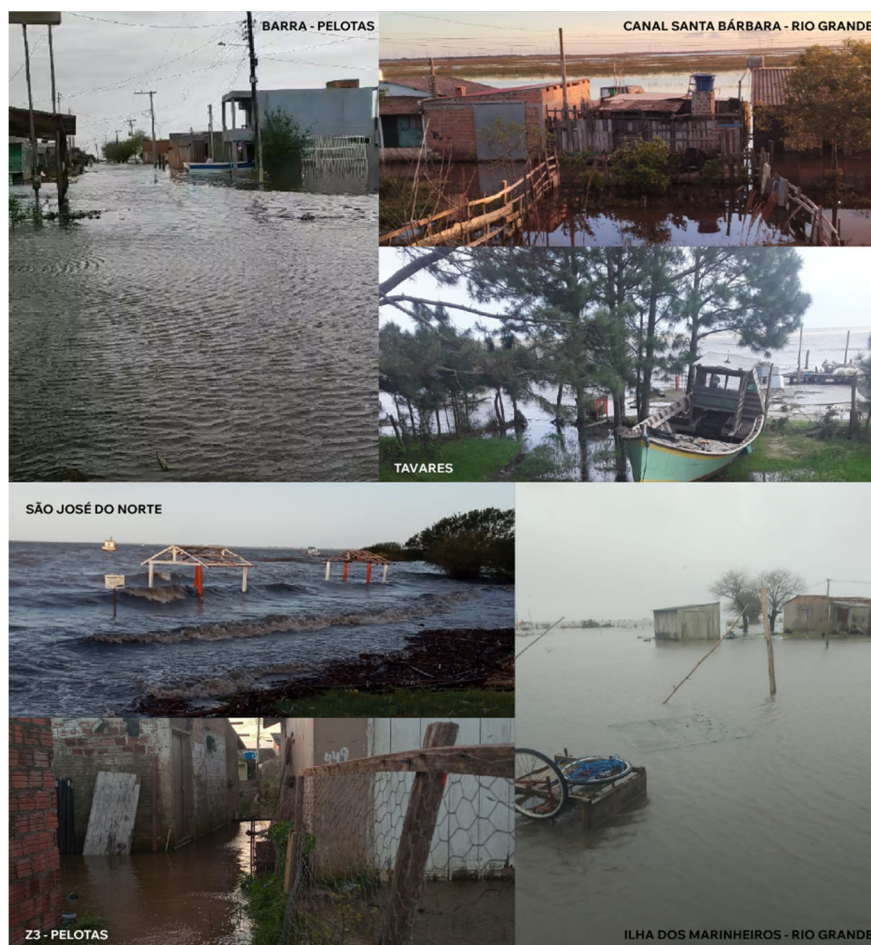
<sup>6</sup> Nos reportamos como “mar” as condições da Lagoa, face aos(as) pescadores(as) a denominarem como mar.

indicados(as) pelas lideranças que participam do Fórum da Lagoa dos Patos. Após transcrição das entrevistas, estas foram categorizadas considerando às dimensões analisadas.

### AS DIMENSÕES DO PROCESSO (RE)PRODUTIVO IMPACTADAS

As condições das comunidades pesqueiras relatadas pelos(as) entrevistados(as) naquele momento foram: ruas e casas ficaram tomadas de água; moradores sem acesso à água potável e à energia elétrica. As comunidades ficaram sem acesso pela estrada, sendo possível apenas o acesso fazendo uso de barcos (Figura 1). Água nas casas e a estrada está tomada de água. [...] Na comunidade temos 12 famílias, 5 famílias saíram. Eu saí de casa. Pescador, Capão Comprido, Tavares.

**Figura 1:** Comunidades pesqueiras do estuário da Lagoa dos Patos em setembro de 2023



Fonte: Mural elaborado a partir de fotos cedidas pelas lideranças pesqueiras dos municípios. Acervo MARéSS.

Os moradores que saíram de suas casas, foram para a casa de familiares e conhecidos. Os moradores que não saíram, ficaram por causa do medo de roubos ou porque não tinham para onde ir. Alguns optaram por permanecer nos barcos.

Tiveram várias pessoas desalojadas. Eu tive que sair de casa, estava muito cheia a água. Meu barco fica no Canal Santa Bárbara, estava morando dentro do barco, mas como estava todos os dias molhado, com água na cintura, quase no peito, tive que tirar a embarcação dali [...]. Pescador, Canal Santa Barbara, Pelotas.

Para além da destituição material face à inundações das casas no momento das chuvas, os impactos negativos se prolongam no tempo. Não obstante, resgata-se as condições hidrológicas do estuário da Lagoa dos Patos, enquanto receptor do volume de água de 50% do estado do Rio Grande do Sul (Pereira; Niencheski, 2004). Assim, inferimos que, enquanto as chuvas ocorrerem, as comunidades pesqueiras terão suas localidades e seu processo produtivo afetado. Tal situação é agravada pela dependência da salinidade na abundância dos principais estoques pesqueiros – camarão e tainha – cujas safras ocorrem entre os meses de janeiro e maio. Ademais, a proibição da pesca do bagre desde 2016 – recurso cuja importância aumenta quando a lagoa não salga (Walter et al., 2018) e a exclusividade da pesca enquanto exigência aos(as) pescadores(as) para acesso a direitos aprofundam os efeitos das chuvas, conforme análises que seguem.

### **INDISSOCIABILIDADE ENTRE A DIMENSÃO PRODUTIVA (ECONÔMICA) E REPRODUTIVA (DOMÉSTICA)**

De acordo com Walter et al (2012), a pesca artesanal se constitui em uma unidade doméstica de produção familiar, cujas atividades articulam a dimensão familiar e comunitária, não havendo separação entre a esfera produtiva e reprodutiva. Ao mesmo tempo em que as inundações resultaram em perda de eletrodomésticos, móveis e até mesmo em parte das residências, perderam se equipamentos de pesca.

Algumas coisas eu perdi, foi água abaixo. Tive que tirar os barcos do lugar que estavam. A situação foi muito precária! Tínhamos a pretensão de construir uma peça, mas acabamos perdendo todo o material, as tábuas foram embora, boiaram tudo. O freezer boiou. Algumas redes foram embora. Perdemos o freezer que usávamos na embarcação. Muitas coisas não conseguimos salvar, a água veio muito ligeira. Pescador, Canal Santa Bárbara, Pelotas.

Não apenas a perda dos meios de produção, mas também os danos sobre as residências, desdobra-se impactos no processo produtivo, dado que pescadores(as) necessitam aplicar aqueles

recursos que comumente seriam destinados ao exercício da pesca – reparo de petrechos e embarcações, gelo, rancho – para o conserto das residências.

Parte das atividades associadas à pesca ocorre no interior da residência, bem como, é comum que as infraestruturas – a exemplo de galpões para armazenamento de materiais e trapiches – sejam familiares ou comunitárias. Assim, as perdas ocorrem em todas as esferas, refletindo em processo de vulnerabilização dos(as) pescadores(as) às inundações. Em paralelo, há um esforço comunitário para reconstrução das residências, quando as águas abaixarem que refletem em maior escassez de tempo destinado à atividade produtiva.

## **OS DANOS NA INFRAESTRUTURA DAS COMUNIDADES E AS CONSEQUÊNCIAS SOBRE O PROCESSO PRODUTIVO**

Infraestrutura pública das comunidades normalmente são precárias e sofrem com a falta de manutenção e de investimento via políticas públicas. Entretanto, essa infraestrutura é essencial para o armazenamento e comercialização do pescado. As comunidades do ELP tiveram prejuízos em sua infraestrutura, com destaque para as estradas de acesso, fazendo com que fiquem ainda mais isoladas e sem suporte para enfrentar a situação de inundação<sup>7</sup>. Abriu a pesca nessa data [01 de outubro], mas não podemos pescar por motivo de água cheia, petrechos de pesca estragaram, falta de estrutura e sem acesso a comunidade. Pescador do Pontal da Barra, Pelotas.

A falta de acesso reflete no isolamento em relação à comerciantes de pescado e consumidores.

## **IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAR AS PESCARIAS A PARTIR DE 01/10/2023 (ABERTURA DA TEMPORADA DE PESCA) FACE ÀS CONDIÇÕES HIDROLÓGICAS DA LAGOA**

Conforme a Instrução Normativa Conjunta 03/2004 do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura (IN SEAP/MMA 03/2004), a pesca artesanal no ELP é autorizada entre os meses de outubro a junho de cada ano. Assim, em 01/10/2023 iniciaria a temporada de pesca 2023/2024. Uma das questões observadas é a ausência de condições de pesca considerando

---

<sup>7</sup> Importante destacar que até a data de submissão deste texto, em 6/11, a estrada do Pontal da Barra, em Pelotas, não havia sido reconstruída. Face a isto, as empresas responsáveis pelo abastecimento de energia e de água alegavam não ter acesso ao local para realizar os reparos. Até o momento, pescadores(as) do Pontal da Barra seguem isolados e com frequentes suspensão e/ou oscilação dos serviços de energia e água.

o volume de água presente no estuário após as chuvas. Para esta questão, pescadores/as destacaram que a pesca é inviável, face ao volume de água associado a sujeira oriunda das inundações.

Agora o pessoal começou a colocar as redes, pois estava no período de defeso, mas não tem como pescar agora, acho que esse mês de outubro todo não vai ter como pescar. É muita sujeira, demais. Está vindo esses lixos dos rios que vão pra lagoa. Na beira da praia tem muito lixo. Pescador de São José do Norte.

### **EXPECTATIVA FRUSTRADA DAS PRINCIPAIS SAFRAS CONSIDERANDO A DEPENDÊNCIA SAZONAL DAS ESPÉCIES DE MAIOR IMPORTÂNCIA ECONÔMICA À SALINIDADE**

As principais espécies capturadas no estuário da Lagoa dos Patos são o camarão, a tainha e a corvina (Kalikoski; Vasconcellos, 2013). De forma geral, os relatos qualificam a importância da água salgada na abundância dos recursos, explicitando que os impactos das chuvas neste período afetarão toda a temporada de pesca.

Não, impossível. Em um espaço de um ano nós não vamos ter quase nada para pescar na lagoa por causa do volume de água doce e a previsão é de vir mais chuva. Para a corvina e o camarão entrarem a água precisaria estar salgando, mas se der um vento muito forte, a água salgada não se sustenta. A situação está muito difícil, pois a água salgada não consegue entrar pelo volume de água doce que é empurrado para a barra. Não entrando água salgada, as espécies também não entram. Pescador, Ilha da Torotama, Rio Grande.

### **OS IMPACTOS DOS EVENTOS CLIMÁTICOS NA RENDA FAMILIAR**

Diante de um cenário de safra fracassada, a vulnerabilidade socioeconômica dos(as) pescadores(as) artesanais fica ainda mais evidente no que se refere às possibilidades quase inexistentes de outras fontes de renda, dado que enquanto assegurados especiais são impedidos de terem outra renda, sob suspensão do direito ao seguro defeso e os direitos previdenciários. Sobre outra renda, a gente não tem, o pescador não tem, a gente tem a cultura da pesca, a gente se vira como pode. Pescador, São Lourenço do Sul.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

Considerando os efeitos das chuvas nas condições materiais das comunidades pesqueiras e seus efeitos sobre a safra que se iniciaria em 1º de outubro de 2023, defendemos algumas medidas imediatas, dentre as quais a prorrogação do seguro defeso por mais 4 meses.

Entretanto, destacamos que ressalvadas as particularidades do caso em tela, as questões aqui discutidas, principalmente no que tange a baixa efetividade da ação do Estado em relação à mitigação dos impactos das adversidades climáticas nas comunidades pesqueiras, são questões que podem ser extrapoladas para a realidade da pesca artesanal em geral. Considerando a necessidade de mitigar os impactos dessas adversidades, o fato de que muitas políticas públicas direcionadas para a pesca artesanal são fruto de adaptações de políticas formuladas para outros segmentos, se revela, mais uma vez, um limite que perpassa desde a origem (avaliação dos danos) até as respostas governamentais para mitigar tais impactos.

Neste sentido, considerando a crescente ocorrência de impactos das mudanças climáticas sobre a realidade das comunidades pesqueiras, torna-se de extrema importância a construção de um processo político-institucional, envolvendo os diferentes entes federados, para se discutir mecanismos apropriados de respostas estatais para proteger e mitigar as comunidades de pesca artesanais dos efeitos das mudanças climáticas. Esta é, sem dúvida, uma tarefa urgente e necessária a ser conduzida pelo governo federal.

Baseando-nos nos resultados encontrados e na experiência pretérita, apresentamos algumas questões que, a partir da realidade aqui discutida, eventualmente também podem ser extrapoladas para outras situações.

### **CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS APROPRIADOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS**

É urgente o estabelecimento de processos e instrumentos apropriados para identificar os impactos socioambientais em comunidades pesqueiras quando da ocorrência de fenômenos climáticos adversos sobre os ecossistemas onde estão inseridas. Considera-se aí a necessidade de tais processos e instrumentos serem incorporados pela PNPDC, possibilitando que os processos encaminhados a partir dos municípios tenham orientações claras e assertivas em relação aos procedimentos a serem trabalhados junto à pesca artesanal, assim como acontece com outros setores produtivos.

### **CRIAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE MECANISMOS QUE POSSIBILITEM O REPASSE DE RECURSOS DE FORMA DESBUROCRATIZADA PARA AS FAMÍLIAS AFETADAS**

Não são raros os casos em que os governos oferecem linhas de créditos como forma de buscar atender o público geral da agricultura familiar quando tais fenômenos acontecem. Entretanto,



considerando que um significativo número de famílias de pescadores artesanais, em situações normais já não conseguem acesso às linhas de crédito, esta é uma típica política em que a efetividade é baixíssima.

Torna-se uma importante referência a experiência ocorrida no estuário da Lagoa dos Patos na safra de 2013/2014 quando o governo do Rio Grande do Sul beneficiou os pescadores da região com recursos do Fundo Rotativo de Emergência da Agricultura Familiar (FREAF), criado pela Lei nº 11.185/1998<sup>8</sup>. Naquele ano, por meio de uma concertação conduzida a partir das discussões no âmbito do Fórum da Lagoa dos Patos, as prefeituras da região decretaram Situação de Emergência na pesca artesanal, criando condições para que o Governo do Estado, via decreto estadual nº 51.601/2014<sup>9</sup>, atendesse aos pescadores da região, por meio do Cartão Emergência Rural criado no âmbito do Programa Emergencial de Manutenção e Apoio da Agricultura Familiar instituído pelo Decreto nº 49.142/2012<sup>10</sup>.

Neste caso em específico, cabe destacar a existência de um arcabouço jurídico-administrativo já pronto, cabendo apenas a decisão política dos governos estadual e federal em apoiar os(as) pescadores(as).

## ADEQUAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE CRÉDITO

Como a agricultura familiar conta desde 1995 com o PRONAF, a pesca artesanal enquanto atividade econômica, também demanda políticas de crédito, que atendam as especificidades desse setor produtivo. Atualmente alguns pescadores artesanais acessam linhas do PRONAF, mas a categoria tem grande dificuldade em atender as demandas visto que são pensadas para a agricultura familiar. Um exemplo dessa inadequação é a solicitação de Cadastro Ambiental Rural (CAR), aos pescadores em atendimento à documentação necessária para acessar a linha de crédito do grupo V.

## ASSOCIAÇÃO DE MECANISMOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NOS PERÍODOS DE FRUSTRAÇÃO DE SAFRAS A MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA COMUNITÁRIA

Como resposta à frustração da safra 2003/2004, fruto de uma parceria entre a Prefeitura de Pelotas e o governo estadual, foi implementado na Colônia de Pescadores Z3 o projeto Coletivos de

<sup>8</sup> Lei Nº 11.185, de 07 de Julho de 1998.

<sup>9</sup> Decreto Nº 51.601, de 25 de Junho de 2014.

<sup>10</sup> Decreto N.º 49.148, de 28 de Maio de 2012.

Trabalho, uma iniciativa que beneficiou aproximadamente 120 pessoas que receberam uma renda mensal e diversos cursos de capacitação. Em contrapartida, os beneficiários desenvolveram projetos de melhoria na infraestrutura da comunidade. Revisitar esta iniciativa possibilita sua extrapolação para uma política de Estado, face ao duplo papel de reconstruir a comunidade a partir de um processo coletivo e comunitário e gerar renda considerando os efeitos das adversidades climáticas na safra.

Não obstante, destaca-se os reflexos das inundações sobre a saúde mental de pescadores(as) e seus familiares, seja em relação às perdas materiais advindas das inundações, seja do isolamento que culminou em falta de alimento e água potável, como a incerteza em relação às condições materiais em virtude da expectativa de fracasso das safras que sustentam as pescarias artesanais no estuário.

## REFERÊNCIAS

- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ed. Ática, 1983.
- MOURA, Gustavo Goulart Moreira. **Águas da Coreia: pescadores, espaço e tempo na construção de um território de pesca na Lagoa dos Patos (RS) numa perspectiva etnoceanográfica**. 2009. 265 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência Ambiental, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- PASQUOTTO, Vinicius Frizzo. **Pesca Artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social**. 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7029>>. Acesso em: 11/10/2023.
- PEREIRA, R. S.; NIENCHESKI, L. F. H. Simulação do tempo de residência da Lagoa dos Patos. In: **XXI Congresso Latino-Americano de Hidráulica**. São Pedro/São Paulo, Brasil. 2004.
- SILVA, Ederson Pinto da. **O Programa RS Pesca e Aqüicultura: uma análise a partir do Ciclo de Política Pública**. 2015. 76 f. Monografia (Especialização) – Curso de Especialização em Gestão Pública UAB, Escola de Administração, Universidade Aberta do Brasil.
- SILVA, Ederson Pinto da. **Proteger para Pescar Sempre: educação ambiental e a participação dos homens e mulheres da pesca artesanal na construção da política de desenvolvimento sustentável da pesca no estado do Rio Grande do Sul**. 2022. 217 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação Ambiental,

Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2022. Disponível em:  
<<https://argo.furg.br/?BDTD13354>>. Acesso em: 11 out. 2023.

VIEIRA, J. P.; GARCIA, A. M.; MORAES, L. A Assembleia de Peixes. In: SEELIGER, U.; ODEBRECHT, C. (Org.) **O Estuário da Lagoa dos Patos, Um Século de Transformações**. Rio Grande/RS: Editora FURG, 79-90, 2010.

WALTER, T. WILKINSON, J. SILVA, P.A. A análise da cadeia produtiva dos catados como subsídio à gestão costeira: as ameaças ao trabalho das mulheres nos manguezais e estuários no Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada** 12(4):483-497, 2012.

WALTER, T.; CALDASSO, P. L.; Verly, J. F.; SILVA, E. P. da; ALMEIDA, I. F.; DIAS, T. A pesca artesanal dos bagres no estuário da Lagoa dos Patos/RS: um debate sobre uma gestão pesqueira ancorada na injustiça ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Edição Especial: Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro, v. 44, Fev. 2018.